

A crise silenciosa da Amazônia

CASO 2

AGROPECUÁRIA VITÓRIA RÉGIA SA



Placa pertencente à Agropecuária Vitória Régia no município de Anapu, Pará. O Plano de Manejo Florestal na Amazônia pode ser usado como ferramenta para lavar madeira ilegal.

30/03/2014
© Marizilda Cruppe / Greenpeace

Autorização de Exploração Madeireira (AUTEF)	671/2009	Data de validade	19/08/2010
Licença Ambiental Rural (LAR)	698/2009	Tipo de ipê	Não declarado
Área total da propriedade	6,000.00ha	Número de árvores de ipê	Não especificado
Área de Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS)	2,679.62ha	Volume e densidade total de árvores de ipê declaradas na Unidade de Produção Anual (UPA)	5,478.28m ³ (2,24 m ³ /ha)
Área líquida autorizada para a colheita sob AUTEF	2,449.37ha		
Especialistas (engenheiros florestais) responsáveis pela proposta de PMFS	Newton José Alves de Lima e Marcelo da Silva Soares		
Proprietário do imóvel	Agropecuária Vitória Régia SA		



© Marizilda Cruppe/Greenpeace

Agropecuária Vitória Régia no município de Anapu, Pará. O Plano de Manejo Florestal na Amazônia pode ser usado como ferramenta para lavar madeira ilegal.
01/04/2014

Evidência de mineração ilegal no Plano de Manejo Florestal da Agropecuária Vitória Régia.
01/04/2014

Um passado obscuro

Conforme descrito na Autorização de Exploração Florestal (AUTEF) 671/2009, a propriedade Agropecuária Vitória Régia, localizada no município de Anapu, pertence à Agropecuária Vitória Régia, uma empresa de Laudelino Délio Fernandes Neto¹, duas vezes acusado de crimes financeiros cometidos na Amazônia.

Em 2002, Fernandes Neto (ou Délio, como é conhecido) foi acusado² por desvio de aproximadamente R\$ 7 milhões³ (US\$ 2,7 milhões) da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), de 1998 a 1999. O caso ainda corre nos tribunais.

Além desta acusação de corrupção, em 2009⁴ e 2012⁵ Délio foi acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) em Altamira, Pará, por crimes ambientais cometidos por proprietários “laranjas” vinculados à empresa ACosta e Figueiredo Ltda-EPP⁶.

O MPF afirmou que os laranjas e co-réus de Délio, Hugo Cirilo Fernandes, Jerônimo Plácido Barbosa e Gerson Rene Benvindo Figueiredo, usaram as Autorizações para Transporte de Produtos Florestais (ATPFs) para lavar 1.165 m³ de madeira que a empresa havia derrubado ilegalmente além da quantidade permitida de.⁷ Em 2006, Fernandes e Figueiredo Ltda (a mesma empresa referida pelo MPF no processo como ACosta e Figueiredo Ltda-EPP) havia sido multada em R\$117 mil pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) pelo abate da madeira em questão.⁸ O caso ainda está sendo julgado no Tribunal Regional.

Em 2009, a Agropecuária Vitória Régia foi multada em mais de R\$ 169 milhões pelo fornecimento irregular de madeira para fornos de carvão⁹. Esta foi a segunda maior multa aplicada pelo IBAMA entre janeiro de 2009 e dezembro de 2013.

Lavando madeira ilegal

Em 2009, o IBAMA embargou as atividades de Délio na propriedade Agropecuária Vitória Régia¹⁰ após descobrir irregularidades em informações apresentadas sobre os veículos supostamente usados para transportar a madeira comprada pela JFQ Madeiras Ltda¹¹. Os números de registro dados provaram que estes pertenciam a carros e motocicletas, veículos que não poderiam ter transportado a madeira em questão – o objetivo, de acordo com o IBAMA, seria a geração de Guias Florestais (GFs) para o transporte de madeira ilegal de outros lugares, usando os números de registro desses veículos¹². O caso ainda está em curso nos tribunais, mas mesmo assim a empresa ainda está legalmente autorizada a operar.

Degradação florestal

Quando uma equipe do Greenpeace inspecionou a propriedade Agropecuária Vitória Régia em novembro de 2013, verificou uma grande área ativa de garimpo ilegal perto da entrada, que causava danos significativos às áreas úmidas protegidas legalmente. Também foram observadas evidências de exploração ilegal de madeira dentro da Unidade de Produção Anual (UPA) sob a AUTEF 671/2009, mesmo após a expiração da validade da AUTEF, com atividades de derrubada dentro de Área de Preservação Permanente (APP) e corte de espécie de árvore protegida.

Pelo menos uma espécie de castanheira do Brasil (*Bertholletia excelsa*) tinha sido cortada, e sua queda havia danificado uma área de aproximadamente 300m². Um Decreto Federal de 2006¹³ proíbe o corte de castanheiras. Além disso, a espécie é considerada vulnerável pela União Internacional para a Conservação da Natureza¹⁴ (IUCN, na sigla em inglês) e aparece na lista de espécies ameaçadas compilada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A conclusão do Greenpeace é que a floresta dentro da área do PMFS foi sendo degradada de forma sistemática. Há evidências de que a extração de madeira não autorizada estava em andamento e havia parado apenas alguns dias antes da inspeção ter sido feita.

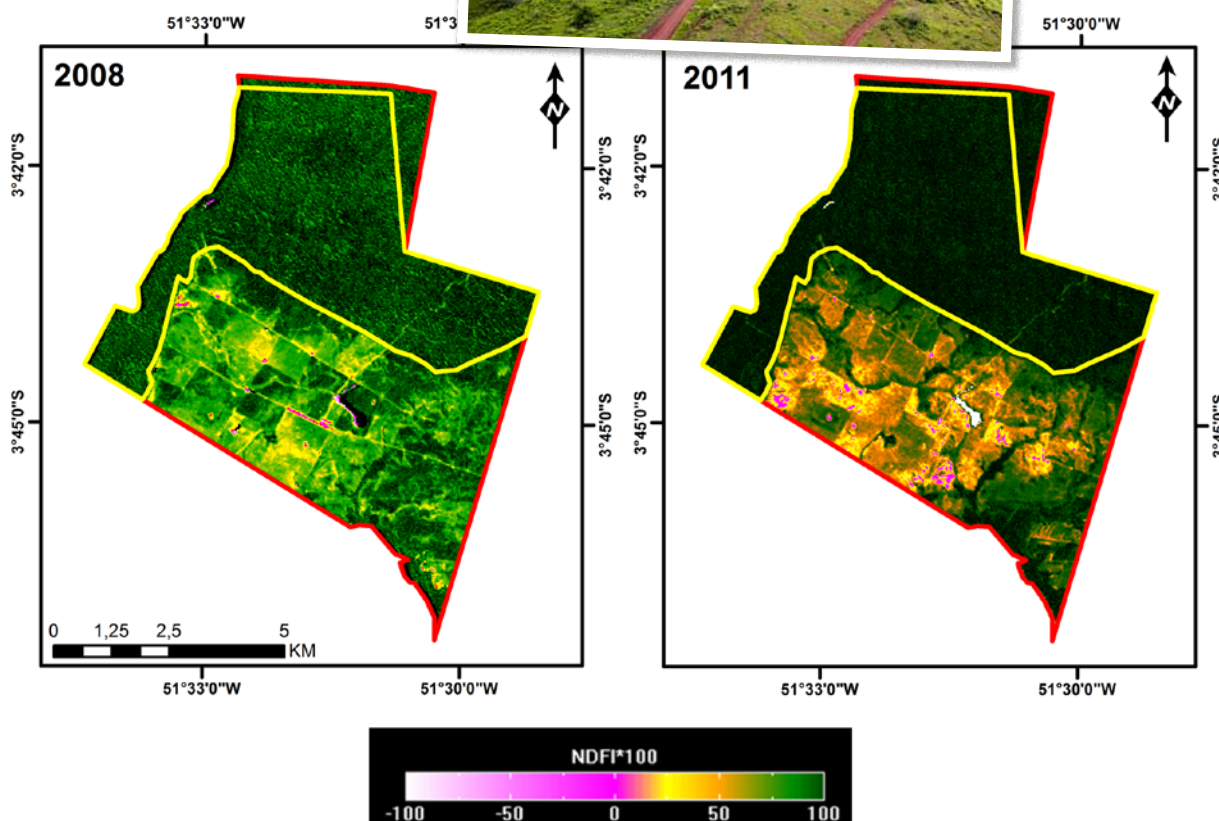
Uma última infração significativa observada foi o grande número de toras abandonadas ao longo da estrada, geralmente provenientes de árvores com diâmetro abaixo do mínimo legalizado para corte. Além disso, boa parte das toras encontradas abandonadas estavam sem a devida identificação.

As imagens de satélite abaixo mostram a Agropecuária Vitória Régia SA em 2008 e 2011. A análise por georeferenciamento realizada pelo Greenpeace aponta que não houve alteração na cobertura florestal (o que mostra que não houve extração florestal) na área da AUTEF - demarcada pela linha amarela -, apesar da movimentação de créditos a ela relacionados.

© Marizilda Cruppe/Greenpeace



Agropecuária Vitória Régia no município de Anapu, Pará. O Plano de Manejo Florestal na Amazônia pode ser usado como ferramenta para lavar madeira ilegal. 04/01/2014

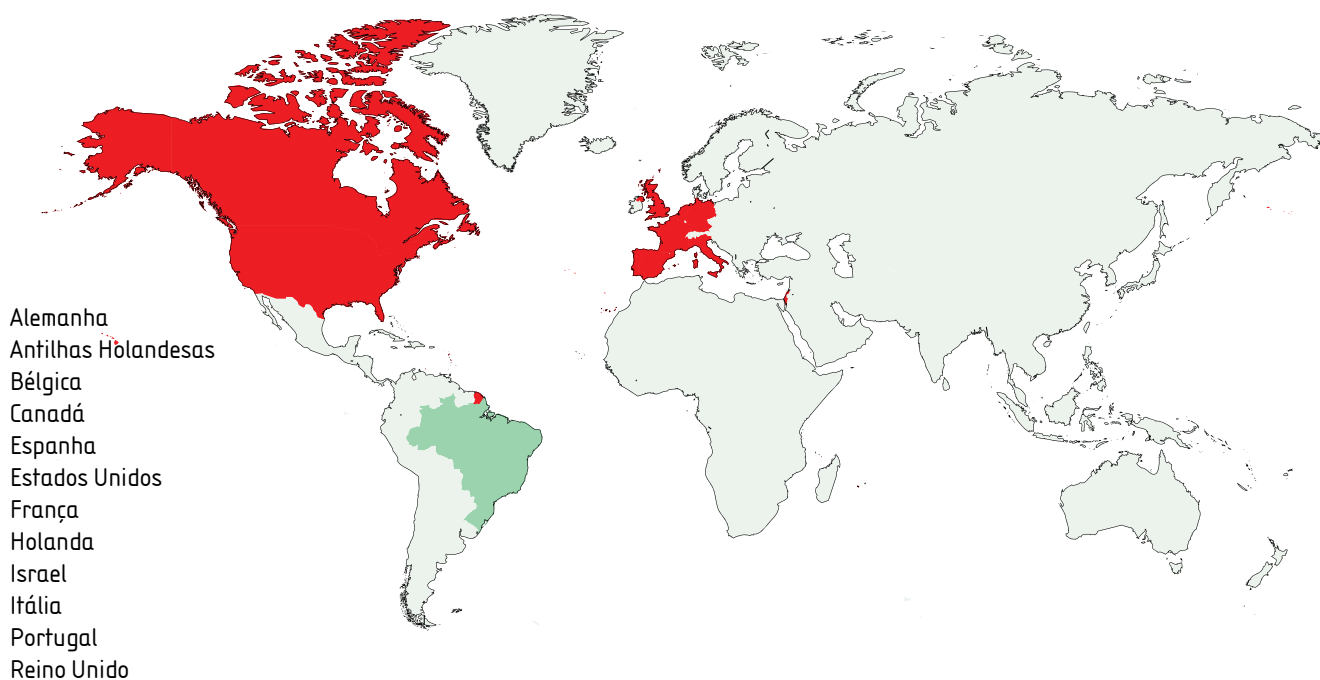


Clientes internacionais para madeira suspeita

De acordo com a pesquisa do Greenpeace, 97% dos créditos emitidos em nome da Agropecuária Vitória Régia foram negociados¹⁵, embora muitos deles tenham sido, possivelmente, utilizados para lavar madeira ilegal registrada em outro lugar.

A madeira vendida sob tais créditos chegaram a oito serrarias, que, por sua vez, venderam madeira para mais de 42 empresas exportadoras ([incluindo a Vitória Régia Exportadora](#)), exportando madeira para pelo menos 11 países: Alemanha, Bélgica, Canadá, Espanha, EUA, França, Holanda, Israel, Itália, Portugal e Reino Unido.

Mercado Vitória Régia



Madeira lavada por meio de créditos da Virola-Jatobá poderá ter sido exportada para os países mostrados.

Notas

1. De acordo com o documento de aprovação CEPROF da Agropecuária Vitória Régia, CEPROF número 2283.
2. MPF, 2008 – Ações civis por fraudes na Sudam: 2007.39.03.000364-9 e 2006.39.03.001101-5. Ações penais por fraudes na Sudam: 2002.39.02.000592-8 e 2002.39.02.000598-0. Ver Procuradoria da República no Pará (2008) MPF processa vice-prefeito eleito de Anapu por crimes ambientais, 11 de dezembro de 2008. www.prpa.mpf.mp.br/news/2008/noticias/mpf-processa-vice-prefeito-eleito-de-anapu-por-crimes-ambientais
3. Folha de S. Paulo (2005) Délio é acusado de desviar R\$ 7 mi de verbas da Sudam, 3 March. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0303200520.htm>
4. Caso nº 2009.39.03.000059-6. www.jfpa.jus.br
5. Caso nº 0025844-72.2010.4.01.3900. www.jfpa.jus.br
6. Registro (NPJ) (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica Number (CNPJ) número 07.418.050/0001-32 www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp
7. Procuradoria Geral da República no Pará (2008) MPF processa vice-prefeito eleito de Anapu por crimes ambientais, 11 de dezembro de 2008. www.prpa.mpf.mp.br/news/2008/noticias/mpf-processa-vice-prefeito-eleito-de-anapu-por-crimes-ambientais
8. Ministério de Meio Ambiente (2012) Memorando nº 032/2012/DCONAMA/SECEX/MMA, 16 de fevereiro. www.mma.gov.br/port/conama/processos/DB596862/8573.pdf
9. Terra Magazine (2012) Madeiros dominam terra onde Dorothy Stang foi assassinada, 30 de julho. <http://terramagazine.terra.com.br/blogdaamazonia/blog/2012/07/30/madeiros-dominam-terra-onde-dorothy-stang-foi-assassinada/>
10. IBAMA caso nº AI 527844/D, registrado em 2 de dezembro de 2009.
11. Advocacia Geral da União (2012) Assegurado embargo do Ibama a Agropecuária que apresentou dados falsos para tentar regularizar madeira extraída no Pará, 11 de janeiro. http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/172373
12. Ibid.
13. Decreto Presidencial Nº 5.975, 30 de novembro de 2006. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5975.htm#art32
14. Americas Regional Workshop (Conservation & Sustainable Management of Trees, Costa Rica, November 1996) (1998) *Bertholletia excelsa*, in IUCN (2013) IUCN Red List of Threatened Species, Version 2013.2. <http://www.iucnredlist.org/details/32986/0>
15. MPF/PA, Procedimento de Investigação Número 1.23.000.001187/2013-31